

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : FSP

CLASS. : 323

DATA : 02 09 87

PG. : A-6

## CSN nega que documentos tenham sido considerados "imprestáveis"

O chefe de gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), coronel Luiz Antonio Rodrigues Mendes Ribeiro, 54, negou ontem que os documentos denunciando uma suposta participação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) numa "conspiração contra o Brasil", tenham sido considerados "imprestáveis" pelo CSN.

O coronel Mendes Ribeiro confirmou que o senador Ronan Tito (PMDB-MG), centro, —que teria relatado ao presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, a opinião atribuída ao CSN— foi recebido na Secretaria Geral do CSN. Ressalvou no entanto que "em nenhum momento qualquer assessor do Conselho teceu comentário quanto à veracidade ou não dos documentos referidos nas reportagens do jornal 'O Estado de S. Paulo'".

Esses documentos são uma carta do secretário do Cimi, Antonio Brande, um certo "sr. Loebens"; um resumo da reunião do Cimi nos dias 16 e 17 de junho, em Brasília; e o texto "Diretrizes Brasil nº 4 — ano 0", atribuído ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Tanto o Cimi quanto o CMI negam a veracidade desses documentos.

Segundo o coronel Mendes Ribeiro, principal assessor do general Rubens Bayma Denys (ministro-chefe do Gabinete Militar), que é quem secretaria o CSN —órgão colegiado do qual participam vinte ministros de Estado— "A Secretaria Geral do Conselho desconhece a existência do mencionado sr. Mario Nogueira, que jamais esteve nesse órgão". A Mario Nogueira atribui-se a entrega dos citados documentos ao CSN.

A opinião atribuída ao CSN foi divulgada pela Folha na sua edição

de anteontem. A acusação de que existe "uma conspiração internacional contra o Brasil" foi veiculada pelo jornal "O Estado de S. Paulo" numa série de reportagens publicadas entre os dias 9 e 15 de agosto último. Essa "conspiração" teria sido idealizada pelo CMI e executada, no Brasil, pelo Cimi, entidade vinculada à CNBB.

A sua ação consistiria na tentativa de religiosos e leigos envolvidos com os índios de constituir nos atuais territórios brasileiro e venezuelano um Estado yanomami, subtraindo 14% da Amazônia do controle estrito do Estado brasileiro mediante um conceito de "soberania restrita" do Brasil sobre as áreas indígenas.

Dessa forma, se identificaria uma estratégia internacional de domínio sobre a produção mineral do país e a proteção do índio seria apenas um pretexto para encobrir as "reais intenções dos missionários". Essa possibilidade está sendo estudada tanto pelo CSN como pelo Serviço Nacional de Informações (SNI).

### Ronan Tito

O senador Ronan Tito disse ontem, às 19h40, em seu gabinete, em Brasília, que "é verdade o que a Folha publicou ontem", acrescentando ter sido procurado, na primeira semana de agosto, pelo comandante da Marinha Afonso Barbosa, que lhe trouxe documentos entregues ao CSN por Mauro Nogueira. Ainda segundo o senador, o comandante Afonso, assessor do CSN para assuntos indígenas, submeteu-lhe os documentos para que desse uma opinião sobre eles. Ronan Tito afirmou ter recebido do comandante a informação de que o CSN julgava imprestáveis os documentos e inverídica a conspiração neles aventada.